

A ESPACIALIZAÇÃO DO RACISMO TERRITORIAL: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

THE SPATIALISATION OF TERRITORIAL RACISM: A CASE STUDY IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

Leandro Andrei Beser de Deus

Doutor em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Coordenador do Núcleo de Estudos Geográficos (NEGEO/UERJ), Professor Associado do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IGEOG/UERJ) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UERJ)

Email: leandrobaser@gmail.com

Orcid: 0000-0002-5727-2897

Enzzo Alborghetti Bruno

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ) e Pesquisador do Núcleo de Estudos Geográficos (NEGEO/UERJ)

Email: enzzoalborg@gmail.com

Orcid: 0009-0000-5722-3975

Allycia Diniz Campos Bernardes Santos

Pesquisadora do Núcleo de Estudos Geográficos (NEGEO/UERJ)

Email: allyciadinizc@gmail.com

Orcid: 0009-0009-5569-9545

Stella de Sousa Martins

Pesquisadora do Núcleo de Estudos Geográficos (NEGEO/UERJ)

Email: ssmartins2210@gmail.com

Orcid: 0009-0005-5492-1133

Pedro Henrique dos Santos de Sousa

Pesquisador do Núcleo de Estudos Geográficos (NEGEO/UERJ)

Email: sousap647@gmail.com

Orcid: 0009-0001-9295-9838

Resumo

O presente trabalho buscou espacializar o racismo territorial na cidade do Rio de Janeiro por meio do mapeamento participativo, estabelecendo uma relação entre os fatores decorrentes desse problema social e territorial e o processo de urbanização do município, com a colaboração da população residente no recorte espacial estudado. Para isso, foi elaborado um formulário no Google Forms, divulgado nas redes sociais, no qual a população do município enviou sua percepção sobre a cidade em relação aos temas abordados. O formulário estruturado incluía campos para identificação da cor/raça e bairro do respondente, além de 25 questões sobre os problemas derivados do racismo territorial. Como resultado, foram obtidas 511 respostas, das quais 197 eram de pessoas negras. Ademais, observou-se que o racismo territorial pode estar presente em todas as escalas de análise e que, de forma geral, os maiores indícios desse tipo de racismo estão concentrados nas Áreas de Planejamento 5, uma área de expansão da mancha urbana, e 3, área suburbana e densamente ocupada, correspondentes à Zona Oeste e Zona Norte, e seus respectivos bairros.

Palavras-chave: Racismo Territorial; Mapeamento Participativo; Cartografia Colaborativa; Urbanização da Cidade do Rio de Janeiro.

Abstract

This study aimed to spatialize territorial racism in the city of Rio de Janeiro through participatory mapping, establishing a relationship between the factors resulting from this social and territorial problem and the process of urbanization in the municipality, with the collaboration of the population living in the studied spatial area. To achieve this, a form was created in Google Forms and posted on social media, in which the population of the municipality provided their perception of the city in relation to the topics covered. The structured form included fields to identify the respondent's color/race and neighborhood, as well as 25 questions regarding issues arising from territorial racism. As a result, 511 responses were obtained, 197 of which were from black people. Furthermore, it was observed that territorial racism may be present at all scales of analysis and that, in general, the strongest indications of this type of racism are concentrated in Planning Areas 5, an area of urban sprawl expansion, and 3, a suburban and densely populated area, corresponding to the West Zone and North Zone, and their respective neighborhoods.

Keywords: Territorial Racism; Participatory Mapping; Collaborative Cartography; Urbanization of the City of Rio de Janeiro.

1. Introdução

O racismo é um dos graves problemas sociais presentes no Brasil, manifestando-se de diversas formas e afetando todos os aspectos da vida da população negra. Manifestando-se de maneira individual, institucional e estrutural, o racismo está enraizado em fatores históricos e sociais, resultando em inúmeras adversidades para essa população, incluindo sua marginalização e a (re)incidência de agressões, tanto implícitas quanto explícitas (ALMEIDA, 2018).

Partindo das análises de Almeida (2018), este trabalho apresenta que uma das formas de manifestação do racismo estrutural é o racismo territorial, caracterizado pela discriminação que ocorre na infraestrutura urbana em áreas onde a maioria da população é preta ou parda. Isso se traduz em obstáculos criados ou negligenciados pela máquina estatal, que restringem o modo como a população negra ocupa, habita e/ou participa do espaço urbano.

Essas restrições podem se manifestar de diversas maneiras, como na dificuldade de acesso a serviços de saneamento básico, áreas de lazer ou até mesmo na restrição à

mobilidade urbana dessa população, evidenciando o descaso do Estado para com a população negra.

Assim, é notório que a organização da cidade está permeada por problemáticas raciais. A obra de Gomes e Mello (2021), *Racismo Territorial: O Planejamento Urbano Tem um Problema de Raça?*, auxilia na compreensão da relação entre o planejamento urbano e a perpetuação do racismo, promovendo espaços de exclusão a partir de uma intencionalidade e de um planejamento que gere a exclusão da população negra sob uma perspectiva biopolítica foucaultiana.

Considerando essa problemática, o objetivo central da pesquisa foi mapear a espacialização do racismo territorial na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com os resultados obtidos, revelou-se uma disparidade no exercício do direito à cidadania, mesmo entre pessoas que residem no mesmo bairro, o que contradiz a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que garante direitos como o direito à vida, à liberdade de locomoção e, principalmente, à igualdade perante a lei.

Segundo a pesquisa *Negro Trauma: Racismo e Abordagem Policial no Rio de Janeiro*, realizada por Ramos *et al.* (2022) em parceria com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), dentre as 3500 pessoas entrevistadas, 63% das paradas em abordagens policiais e 79% das que tiveram suas casas revistadas eram da população negra.

Apesar de existirem estudos que demonstram a presença do racismo territorial, ainda há uma carência de dados acerca de sua espacialidade no município do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a presente pesquisa busca minimizar essa lacuna, adquirindo dados que possam servir de subsídio para políticas públicas futuras.

Para isso, foi utilizado o mapeamento participativo, permitindo que a população da cidade fosse ouvida e participasse da espacialização do racismo territorial a partir de sua perspectiva, resultando em um mapeamento mais inclusivo e que incorporasse as narrativas da população residente no recorte espacial.

2. Bases Teórico-Metodológicas

Gomes e Mello (2021) examinam, numa abordagem geohistórica, como o corpo negro e suas espacialidades foram e continuam sendo sistematicamente apropriados e marginalizados. Os autores trazem reflexões relevantes acerca da relação do planejamento urbano como instrumento da perpetuação do racismo nas cidades. Desta forma, criam-se espaços de exclusão a partir de uma intencionalidade e planejamento deliberados. As narrativas dominantes, construídas pela perspectiva da branquitude, reforçam uma ordem espacial que perpetua as desigualdades raciais e nega outras existências.

Esse contexto geral fornece uma base para compreender o processo específico de organização do espaço urbano no Rio de Janeiro. Historicamente, a cidade carioca tem refletido e ampliado essas dinâmicas de exclusão racial e de classe, reafirmando a segregação de um tecido sociopoliticamente fragmentado. Assim, a análise do Rio de Janeiro ilustra de forma concreta como os processos de planejamento urbano discutidos por Gomes e Mello (2021) se manifestam em um contexto local, revelando as especificidades e consequências desses mecanismos na realidade urbana carioca.

Sob essa ótica, o Estado, longe de ser um agente neutro, tem desempenhado um papel crucial na estruturação do modelo segregador do espaço carioca, que é moldado principalmente pelos interesses do capital, sendo legitimado e consolidado, muitas vezes de forma indireta, pelas políticas estatais (ABREU, 2022). Segundo o autor, a estrutura de uma cidade capitalista:

(...) não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas. Com efeito, a luta de classes também reflete-se na luta pelo domínio do espaço, marcando a forma de ocupação do solo urbano. Por outro lado, a recíproca é verdadeira: nas cidades capitalistas, a forma de organização do espaço tende a condicionar e assegurar a concentração de renda e de poder na mão de poucos, realimentando assim os conflitos de classe.

Nesse contexto, o Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, por meio da adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas. (ABREU, 2022, p.23)

A cidade do Rio, ao longo de sua história, teve sua organização geográfica marcada por questões de raça e de classe, seja no processo de higienização e remoção dos cortiços, seja na abolição da escravidão sem políticas de reparação histórica.

No início do século XX, o aumento da estratificação social carioca cresceu de forma exponencial. A expansão industrial da segunda metade do século XIX desenvolveu uma classe operária, que passou a ocupar o espaço conduzido pelas linhas férreas. O trem, o subúrbio e a população de baixa renda passaram a ser sinônimos, contrastando com a associação bonde/zona sul/estilo de vida moderna (ABREU, 2022).

A tentativa de "modernizar" o território esteve alinhada aos padrões europeus. Isso implicou na remoção de populações negras de suas moradias nas regiões centrais e na construção de uma nova ordem espacial, onde os brancos ocupavam a centralidade da cidade, enquanto os negros eram relegados às periferias. Segundo Oliveira (2014), a cor da pele tornou-se um elemento central na definição das espacialidades da cidade.

O século XX também é marcado pelas reformas do prefeito Pereira Passos, que, em quatro anos de mandato, ordenou a maior mudança espacial já vivenciada. Motivado pela necessidade de criação, concentração e acumulação de capital, o rápido crescimento da economia brasileira resultou no aumento das exportações e, conseqüentemente, na

integração do país ao contexto capitalista internacional, exigindo uma nova organização do espaço (ABREU, 2022). Assim:

(...) o rápido crescimento da cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico), e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam "status" às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do "novo Brasil". (ABREU, 2022, p.81)

Ainda segundo o autor, toda essa reorganização social da cidade sob novas bases econômicas e ideológicas, motivada pelo crescimento econômico, resultou na expulsão de pobres e negros, cuja presença não condizia com a área mais valorizada da cidade. Esse modelo, ainda prevalente no século XXI, se aprofundou no processo de higienização da cidade, partindo da Zona Sul e do Centro, áreas de interesse de empresas privadas, seja pela especulação imobiliária, seja pelas remoções para a prática da renovação urbana em uma área central degradada.

Essa organização moderna da sociedade reitera e reforça o racismo. A história do Rio de Janeiro se confunde com a história do Estado-nação brasileiro. Isso resulta em uma sociedade que, desde sua constituição, tem o racismo como marcador fundamental para o entendimento e análise da geografia local.

Segundo Foucault, o racismo é pensado como um elemento imanente à construção do próprio estado-nação moderno. O racismo é constituído como um mecanismo fundamental de poder. A ideia de nação é constituída pela construção da ideia de raça e pelas biopolíticas dela derivadas:

O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. (FOUCAULT, 2005, p.304)

Na perspectiva da biopolítica foucaultiana, o racismo se constitui como um poder de morte em um sistema cujo objetivo primordial é a vida e o fazer viver, um poder que toma a vida no cálculo político de gestão da população. Nesse contexto, Foucault argumenta que o racismo serve como um mecanismo para estabelecer uma separação dentro do campo de controle da vida que o poder assumiu, definindo quem deve viver e quem deve morrer. De modo complementar, o racismo não deve ser visto como um erro ou uma exceção inesperada, mas sim como uma forma de racionalidade e uma estratégia de poder que surge com o

declínio da autoridade soberana, que predominava até o século XVII (FOUCAULT, 2005; SILVA & ARAÚJO, 2020).

Ainda segundo os autores, o racismo é um biopoder que tem por função diminuir a qualificação da vida de alguns e promover a vida qualificada de outros. No contexto da cidade do Rio, expor indivíduos a condições que os aproximam da morte em territórios conflagrados ou excluir, expulsar e rejeitar indivíduos, movendo-os para a morte política, é uma forma de fazer morrer, enquanto se faz viver a população que tem acesso a uma vida saudável e com participação política. Portanto, entender o racismo como fenômeno estruturante das sociedades modernas contribui para a compreensão de como as instituições e os processos de subjetivação são moldados na perspectiva do biopoder.

O racismo se constitui como um elemento constitutivo de margem. Na perspectiva das análises ancoradas no biopoder, a relação entre a violência e as funções ordenadoras do Estado é a chave para o problema das margens (DAS & POOLE, 2008). Dessa forma, a margem é um espaço entre os corpos, a lei e a disciplina. O Estado se afirma não apenas sobre o território, mas sobretudo sobre os corpos. O corpo biopolítico é a atividade originária do poder soberano. Assim, é possível compreender como o poder apresenta a sua tutela através do social. Portanto, segundo Das e Poole (2008), é possível compreender como as margens são inerentes à constituição do Estado, a partir da tutela e da gestão das populações, especialmente, negras.

É nesse contexto de segregação, racismo e organização política/geográfica da cidade do Rio de Janeiro que se constroi essa pesquisa. O processo de pesquisa bibliográfica e a produção do formulário partiram da premissa da escuta ativa da população. É muito comum, na produção e discussão de documentos orientadores da urbanização, que a população seja pouco ou quase nada ouvida. Nesse cenário, não são poucas as reclamações da efetivação do direito à cidade dos cidadãos.

Nesse sentido, a partir da coleta e análise dos dados referentes às respostas do Google Forms, enfatiza-se a necessidade de implementação cada vez mais recorrente dos Mapeamentos Participativos. Segundo Quintanilha e Deus (2022), o objetivo da cartografia coletiva é diagnosticar as questões e problemas sociais, políticos e ambientais, pois a partir dela é possível realizar um estudo que conta com a participação de quem é diretamente afetado pelos problemas da cidade.

Além disso, os mapeamentos participativos ganham cada vez mais destaque na Era Digital, cuja cooperação livre de tantas pessoas quantas for possível, sem quaisquer restrições de organizações, processos, tecnologias ou particulares, está alinhada com a possibilidade de coletar mais informações (QUINTANILHA & DEUS, 2022). Isso garante também que a cartografia colaborativa seja construída coletivamente. Assim:

O Mapeamento Colaborativo está dentro do que está sendo considerada Cultura Participativa, uma forma de agir dos cidadãos que ganha notoriedade, sobretudo após o advento da Internet 2.0, que representa uma fase de transição, onde o usuário da internet passa a ser, além de consumidor, produtor de informações. (EVANGELISTA, 2017, p.16)

Nesse contexto de ampliação da participação, o mapeamento participativo é positivo para a comunidade que tem contato com ele, sendo um processo formativo e pedagógico (QUINTANILHA & DEUS, 2022). A comunidade, ao refletir sobre as questões socioespaciais do próprio bairro, pode perceber os fatores que mais afetam o espaço, abrindo uma oportunidade para a mobilização dos moradores para reivindicar uma solução junto ao Estado.

Assim, apesar do apagamento das vozes da população negra no Brasil, o mapeamento participativo permite que essas pessoas participem de estudos que as favoreçam, produzindo conhecimento para influenciar as decisões a serem tomadas pelo Estado. Deste modo, Quintanilha e Deus (2022) afirmam que:

O mapeamento pode ocorrer em uma lógica de baixo para cima (SEEMANN; CARVALHO, 2017), procurando especializar os saberes dos grupos marginalizados e da população em geral, revelando essa perspectiva de mundo dos espaços, mapeando os elementos do território e/ou dos lugares que frequentemente são ignorados ou invisibilizados nas representações tradicionais, possibilitando o desvelamento de contextos e situações que dificilmente são evidenciados, proporcionando o maior poder de ação política e social aos grupos populares e democratização e horizontalidade na utilização e produção dos mapas (...). (QUINTANILHA & DEUS, 2022, p.359)

Portanto, o intuito do presente artigo é apresentar como o racismo se constitui como uma forma de organização da sociedade, destacando de forma espacializada quais áreas da cidade se apresentam como mais reprodutoras de racismo. Entretanto, é a participação da sociedade carioca ao responder o formulário que indica a subversão do modo como se fazem as pesquisas sobre racismo, colocando esses cidadãos como protagonistas.

3. Procedimentos Metodológicos

Inicialmente, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre os temas Racismo Territorial, Processo de Urbanização do Rio de Janeiro, Mapeamento Participativo e Cartografias Colaborativas. Em relação ao Racismo Territorial, focou-se no racismo derivado do planejamento urbano das cidades e em como suas evoluções impactaram diretamente a população negra. No que diz respeito ao processo de urbanização do Rio de Janeiro, buscou-se associar o racismo territorial com o desenvolvimento da cidade até os dias atuais.

Para o mapeamento participativo, foi divulgado nas redes sociais um formulário estruturado no Google Forms, com respostas pré-definidas, contendo 25 perguntas (Quadro

1) e objetivando quantificar os indícios de racismo territorial (GOMES & MELLO, 2021). Além disso, o formulário incluía campos para que o participante informasse sua cor/raça e o bairro onde reside, com o intuito de espacializar essas informações e determinar a proporção de respondentes negros.

Quadro 1. Quadro de perguntas contidas no formulário disponibilizado nas redes sociais

Nº	Perguntas contidas no Formulário
01	No seu bairro, tem estação do metrô?
02	No seu bairro, tem estação de trem?
03	Você pega mais de uma linha de ônibus da sua casa para onde trabalha/estuda?
04	Você pega mais de um tipo de transporte (metrô, trem, ônibus, etc) da sua casa para onde trabalha/estuda?
05	Você considera longo o tempo de espera do(s) transporte(s) que utiliza?
06	Num fim de semana, caso queira ir à praia, você precisaria pegar mais de uma linha de ônibus e/ou tipos de transportes da sua casa até lá?
07	A infraestrutura dos transportes que você utiliza apresenta baixa qualidade e falta de manutenção (falta ar condicionado, bancos quebrados, transporte sujo, etc)?
08	Na sua vizinhança, seu direito de ir e vir é prejudicado pela violência (barricadas, operações policiais, etc)?
09	Você se sente seguro com os agentes de segurança (PM, guarda municipal, segurança presente, etc) que atuam na sua vizinhança?
10	Tem alguma escola pública perto da sua casa para ensino fundamental?
11	Tem alguma escola pública perto da sua casa para ensino médio?
12	Na sua vizinhança, há uma unidade de saúde pública (UPA, clínica da família, hospital, etc) que atenda às suas necessidades?
13	Na sua vizinhança, existem áreas de lazer públicas de qualidade (parques, praças, pista de skate, quadras de futebol, etc)?
14	No seu bairro, existem áreas com equipamentos culturais (museu, teatro, biblioteca, etc)?
15	As ruas da sua vizinhança apresentam problemas de conservação (falta de asfalto ou sinalização, buracos, calçadas danificadas, etc)?
16	A iluminação na sua rua é precária?
17	Na sua vizinhança, as ruas são arborizadas?
18	O caminhão de coleta de lixo passa na sua rua?
19	O caminhão de coleta seletiva passa na sua rua (lixo reciclável: plástico, papel, vidro e metal)?

Quadro 1. Quadro de perguntas contidas no formulário disponibilizado nas redes sociais

20	Costuma faltar água na sua casa?
21	Na sua vizinhança, existe esgoto a céu aberto?
22	Quando chove, as ruas do seu bairro enchem e/ou alagam?
23	Quando chove, tem risco de deslizamento na sua vizinhança?
24	No seu bairro, há casos de incêndio florestal ou queima de lixo/folha?
25	No seu bairro, há casos de famílias removidas de suas casas?

Fonte: AUTORES, 2024.

A partir das respostas obtidas, os dados foram organizados no Google Sheets, e para cada resposta que revelasse um indício de racismo territorial, foi atribuído o valor 1, enquanto o valor 0 foi atribuído para respostas que não o indicassem. Posteriormente, os valores de cada resposta foram somados, resultando em uma pontuação que variava de 0 a 25 e representava o nível de racismo territorial de acordo com a percepção do respondente sobre seu bairro de moradia.

Em seguida, foi feita a média de pontuação das respostas que compreendessem seus respectivos bairros, e definido graus de indício de racismo ambiental de acordo com o intervalo da pontuação (Tabela 1).

Tabela 1. Tabela de Intervalo de Pontuação dos Bairros e seus Graus de Indício de Racismo Territorial

Intervalo de Pontuação	Indício de Racismo Territorial
0 a 5	Muito Baixo
5 a 8,5	Baixo
8,5 a 11,5	Médio
11,5 a 15	Alto
15 a 25	Muito Alto

Fonte: AUTORES, 2024.

Vale ressaltar que o mesmo processo foi aplicado às Áreas de Planejamento da cidade, com a diferença de que não são intervalos de pontuação, mas sim as pontuações individuais de cada AP (Tabela 2).

Tabela 2: Tabela de Pontuação das Áreas de Planejamento e seus Graus de Índicio de Racismo Territorial

Área de Planejamento	Pontuação	Índicio de Racismo Territorial
AP 2 - Zona Sul e Grande Tijuca	6,8	Muito Baixo
AP 1 - Centro	9,9	Baixo
AP 4 - Baixadas de Jacarepaguá	10,8	Médio
AP 3 - Zona Norte	11,6	Alto
AP 5 - Zona Oeste	13,2	Muito Alto

Fonte: AUTORES, 2024.

Para espacializar esses dados, utilizou-se o *software ArcGIS Pro 3.0.0*, onde foi realizado a junção das tabelas das pontuações com os respectivos arquivos vetoriais das Áreas de Planejamento e dos bairros. Dessa forma, culminando na montagem dos mapas para representar essa espacialização do Racismo Territorial na cidade do Rio de Janeiro.

4. Resultados e Discussões

Como resultado, recebemos um total de 511 respostas por meio do formulário online disponibilizado na plataforma Google Forms. Isso permitiu a espacialização do racismo territorial na cidade do Rio de Janeiro com base na perspectiva dos respondentes anônimos.

Inicialmente, é interessante demonstrar a espacialização do racismo territorial no município de acordo com suas Áreas de Planejamento (APs). Cada uma das cinco APs recebeu um grau de índice de racismo territorial, que foi atribuído com base na pontuação média calculada a partir das respostas enviadas pelos moradores dos bairros situados dentro de suas respectivas Áreas de Planejamento.

Essa pontuação revela a ordem das AP's com os maiores índices de racismo territorial, conforme abordado nesta pesquisa, que são, em ordem decrescente: AP 5 - Zona Oeste; AP 3 - Zona Norte; AP 4 - Baixadas de Jacarepaguá; AP 1 - Centro; e AP 2 - Zona Sul e Grande Tijuca (Figura 1).

Espacialização dos Índícios de Racismo Territorial na Cidade do Rio de Janeiro: Uma Perspectiva das Áreas de Planejamento (AP's)

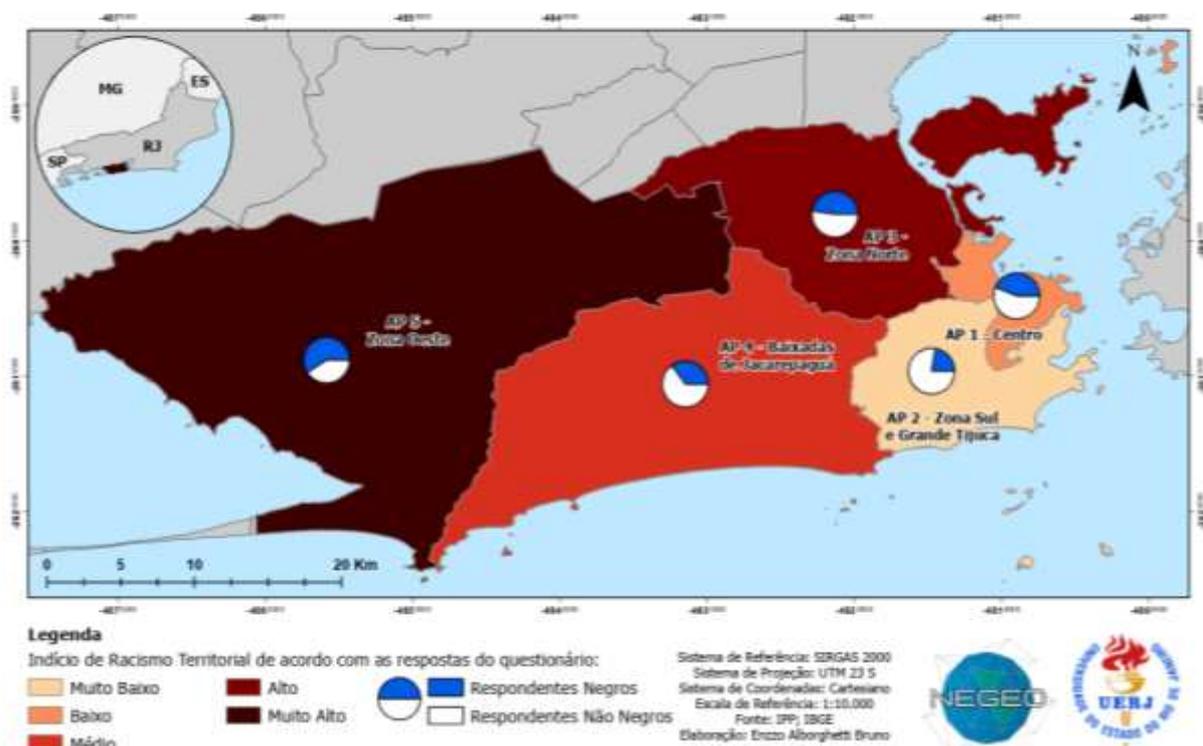


Figura 1. Mapa da Espacialização do Racismo Territorial na Cidade do Rio de Janeiro: Uma Perspectiva das Áreas de Planejamento (AP's). **Fonte:** AUTORES, 2024.

A partir dessa ordem, pode-se traçar um paralelo com o processo de urbanização do Rio de Janeiro descrito por Abreu (2022). Segundo ele, a urbanização da cidade ocorreu através dos bondes e trens, em que as linhas de trem eram um vetor para a classe trabalhadora (Figura 2), enquanto as linhas de bonde eram um vetor de urbanização da elite carioca (Figuras 3).

Ao comparar o mapa das linhas de bondes e trens com as Áreas de Planejamento, observa-se que ambas as linhas têm origem na AP 1 - Centro. Isso se deve ao fato de que essa região foi o início da ocupação e urbanização do Rio de Janeiro, além de ser o maior polo empregatício do município à época (ABREU, 2022).

Analisando exclusivamente as linhas de bondes, observa-se uma semelhança em sua extensão com a área atualmente conhecida como AP 2 - Zona Sul e Grande Tijuca. Essa região foi o foco da ocupação das elites, que migraram para lá em detrimento do centro, marcando o início do caráter espacial da divisão de classes na cidade, que ainda não era tão bem definida (ABREU, 2022).

As linhas de trens, por outro lado, correspondem à AP 3 - Zona Norte, área mais densamente ocupada do município devido à prioridade de ocupação dos trabalhadores cariocas, que buscavam proximidade com o polo empregatício que era o Centro. Também corresponde à AP 5 - Zona Oeste, cujo processo de urbanização foi impulsionado pelo aumento da densidade populacional e pela falta de moradias na AP 3. Isso levou os trabalhadores a migrarem para as bordas da AP 3 e, devido à Baía de Guanabara estar localizada à direita, foram forçados a se deslocar em direção ao oeste da cidade, impulsionando o processo de urbanização da Zona Oeste (ABREU, 2022).

A AP 4 - Baixadas de Jacarepaguá não está presente no mapa das linhas, pois o Maciço da Tijuca servia como barreira natural contra o avanço da urbanização à época, além do local ser um complexo de dunas e, portanto, desinteressante para ocupação. Assim, a AP 4 teve seu processo de urbanização mais tardio em relação às outras APs, mas hoje é destino tanto da “nova elite” quanto da classe trabalhadora atual.

Considerando a composição histórica da elite carioca por pessoas brancas e o processo de urbanização descrito, pode-se estabelecer um paralelo com a pontuação das APs. Enquanto a AP 2 apresenta o menor indício de racismo territorial, as APs 5 e 3 demonstram os maiores índices, o que reforça a hipótese de que a população dessas áreas é a mais afetada pelo racismo territorial.

Em seguida, foi aplicado o mesmo processo utilizado para espacializar o racismo territorial nas Áreas de Planejamento nos bairros do Rio de Janeiro, que representam a menor escala possível para análise em um ambiente SIG na cidade. Dessa forma, especializou-se o racismo territorial de acordo com o bairro de cada participante anônimo que respondeu ao formulário (Figura 4).

Espacialização dos Índícios de Racismo Territorial na Cidade do Rio de Janeiro: Uma Perspectiva dos Bairros

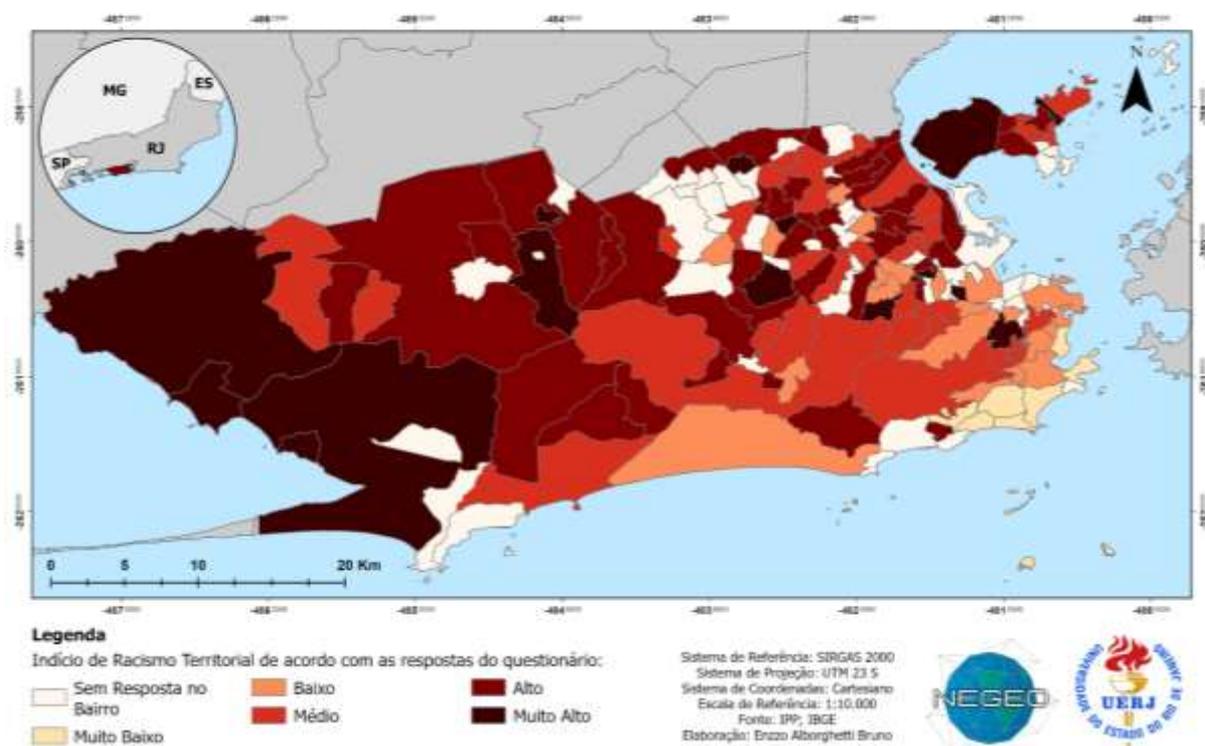


Figura 4. Mapa da Espacialização do Racismo Territorial na Cidade do Rio de Janeiro: Uma Perspectiva dos Bairros. **Fonte:** AUTORES, 2024.

Observa-se que o alcance do formulário não cobriu o município do Rio de Janeiro de forma completa, deixando lacunas de respostas em certos bairros. No entanto, é importante ressaltar que, no mapeamento participativo e nas cartografias colaborativas, o foco está nas narrativas da população participante e não em um número amostral rígido, como na cartografia tradicional (QUINTANILHA & DEUS, 2022).

É relevante elucidar que o racismo territorial é observado em várias escalas diferentes. Por exemplo, a AP 3 - Zona Norte, como Área de Planejamento, apresenta um alto índice de racismo territorial (Figura 1). No entanto, quando aprofundamos a análise para seus bairros, observamos que eles abrangem índices de racismo territorial que variam entre Muito Alto, Alto, Médio e Baixo (Figura 5). Embora o exemplo tenha sido sobre a AP 3, esse fenômeno pode ser observado em todas as outras Áreas de Planejamento.

Espacialização dos Índícios de Racismo Territorial na Cidade do Rio de Janeiro: Uma Perspectiva dos Bairros sobrepostos pelas Áreas de Planejamento (AP's)

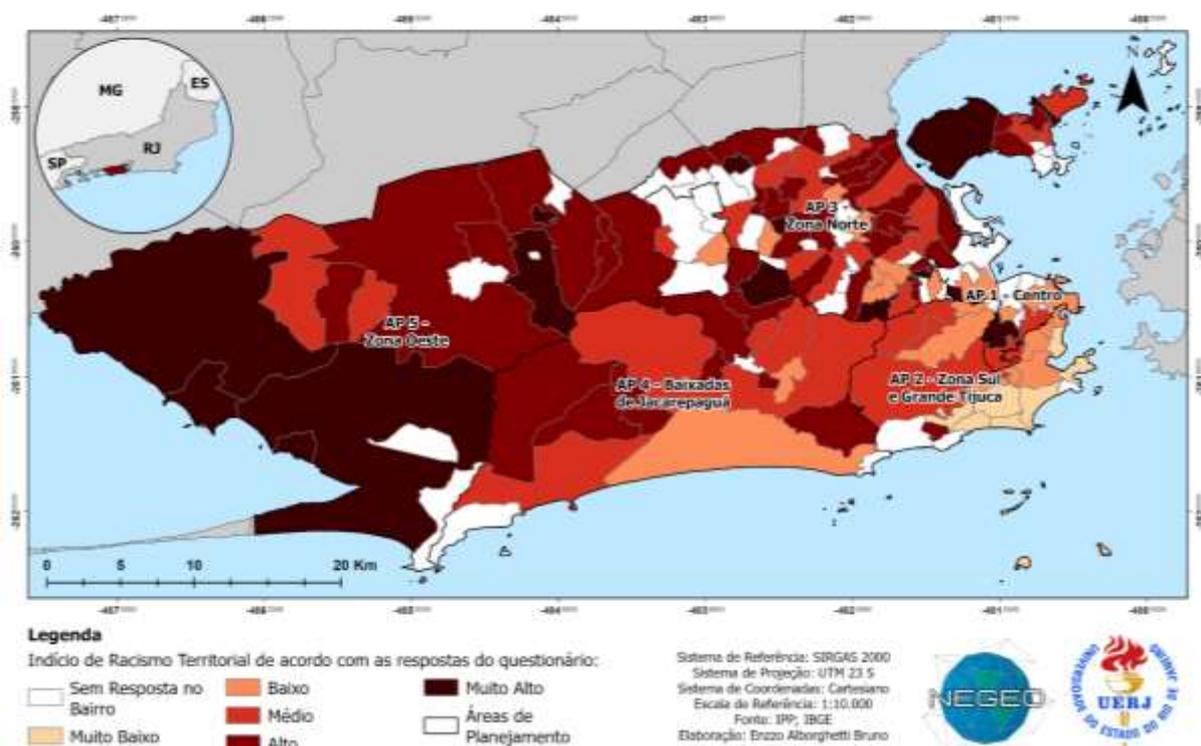


Figura 5. Mapa da Espacialização do Racismo Territorial na Cidade do Rio de Janeiro: Uma Perspectiva dos Bairros sobrepostos pelas Áreas de Planejamento (AP's). **Fonte:** AUTORES, 2024.

Um ponto importante a se observar é que a cidade do Rio de Janeiro difere de outras cidades ao redor do mundo, onde a população de baixa e alta renda tende a viver em bairros separados. No Rio de Janeiro, apesar de existirem bairros de alto poder aquisitivo, estes quase sempre estão entremeados por favelas.

Portanto, é relevante destacar que, conforme constatado por Gomes e Mello (2021), o racismo territorial pode estar presente desde as maiores até as menores escalas de observação. Os autores, que analisaram e correlacionaram indicadores de precariedade habitacional com a racialidade da população em três favelas no município de São Bernardo do Campo - SP, observaram que mesmo dentro das próprias favelas, a população negra tende a ocupar os locais mais precários. Destacam o seguinte trecho:

(...) do ponto de vista da análise da concentração dos grupos raciais dentro dos assentamentos, de forma geral, conclui-se que existe uma correlação positiva entre altos índices de precariedade e concentração de população negra para as áreas estudadas. O caso do complexo do Areião é emblemático, pois apresenta grandes indícios de que a população negra, historicamente segregada, encontra maiores dificuldades de acesso à renda e, conseqüentemente, de acesso à terra e moradia digna. (...) Para o assentamento Batistini, a mesma lógica de ocupação entre os grupos raciais foi encontrada. Notou-se a correlação quase perfeita entre densidade de precariedade e concentração de negros (...). (GOMES & MELLO, 2021, p.140-141)

Esse fenômeno também é observado nesta pesquisa. Dentro de um mesmo bairro, foram encontradas diferentes respostas para uma mesma pergunta, dependendo se eram provenientes de pessoas negras ou não negras, resultando em percepções distintas sobre o mesmo bairro.

Para corroborar esse fenômeno, foram selecionadas duas perguntas do formulário e analisado o recorte espacial do bairro da Taquara, comparando as respostas dos participantes negros e não negros.

Ao analisar a Figura 6, observa-se que 71,4% dos respondentes negros relataram ter seu direito de ir e vir cerceado pela violência, em contraste com 50% dos não negros, que relataram uma maior liberdade nesse aspecto. Essa disparidade evidencia uma diferença significativa na experiência em relação à segurança pública entre esses dois grupos, impactando diretamente na liberdade de locomoção da população negra.

Na sua vizinhança, seu direito de ir e vir é prejudicado pela violência (barricadas, operações policiais, etc)?

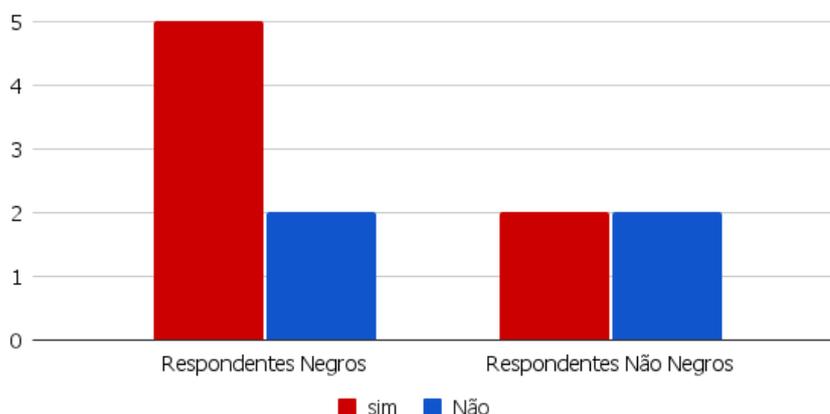


Figura 6. Respostas de moradores da Taquara a pergunta “Na sua vizinhança, seu direito de ir e vir é prejudicado pela violência (barricadas, operações policiais, etc)?” presente no formulário. **Fonte:** AUTORES, 2024.

Na Figura 7, destaca-se que 57,1% dos respondentes negros enfrentam a realidade de conviver com uma infraestrutura precária, devido à presença de esgotos a céu aberto em suas vizinhanças. Em contraste, apenas 25% dos não negros enfrentam problemas semelhantes decorrentes desse descaso público. Essa discrepância evidencia uma notória diferença na qualidade de vida e nas condições de moradia entre os dois grupos, refletindo não apenas a falta de investimento em infraestrutura básica, mas também apontando para o racismo territorial que ocorre dentro do bairro da Taquara.

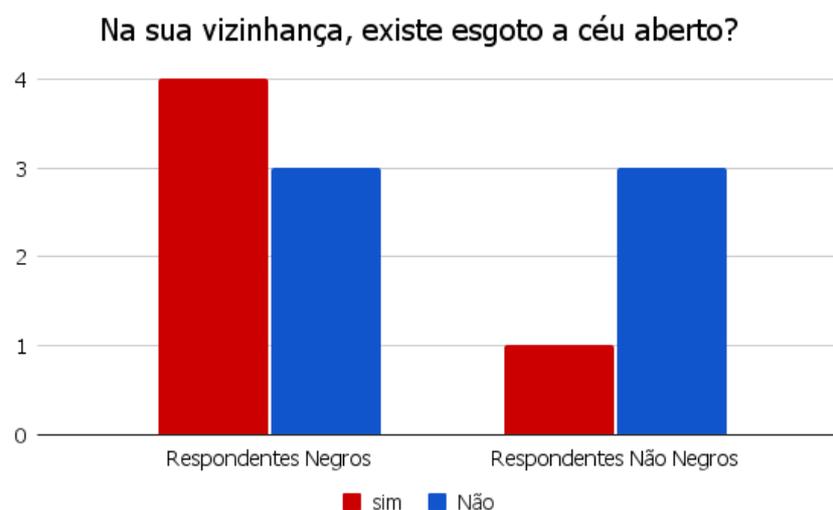


Figura 7. Respostas de moradores da Taquara a pergunta “Na sua vizinhança, existe esgoto a céu aberto?” presente no formulário. **Fonte:** AUTORES, 2024.

Esses gráficos reforçam a ideia de que, independentemente da escala observada, as áreas mais precárias de um recorte espacial são, majoritariamente, ocupadas pela população preta e parda. Isso demonstra, de forma materializada, os efeitos do racismo territorial no Rio de Janeiro.

Para finalizar, é importante destacar que essa situação não resulta de uma ocupação "desordenada", como alguns argumentam, mas sim de um planejamento meticuloso e definido pelo sistema racista em que vivemos. O poder público frequentemente opta por ser omissivo com as áreas "coincidentemente" ocupadas pela população negra.

5. Considerações Finais

O Mapeamento Participativo tem se mostrado muito eficaz para a elaboração de pesquisas com a colaboração da população. Nesse sentido, sua utilização neste trabalho foi feita a partir das respostas ao formulário do Google Forms, que objetivava ouvir moradores de todos os bairros da cidade para espacializar o racismo territorial.

Embora não tenha atingido todos os bairros, as mais de 500 respostas do formulário foram importantes para compreender que os bairros das Áreas de Planejamento 5 e 3, referentes à Zona Oeste e Norte, são os que mais apresentam indícios de racismo territorial. A análise das respostas dos moradores permite concluir que há, nessas regiões, uma ausência do direito de ir e vir, seja pela ação do Estado com operações policiais, seja pelo domínio armado da milícia e/ou do tráfico, por serem territórios conflagrados.

A defasagem na estrutura dos bairros mais afastados da AP 2 - Zona Sul e Grande Tijuca é resultado da histórica organização da cidade, a qual privilegiou, como em outras

idades do país, a estrutura centro-periferia. Isso é comprovado pelas respostas dos moradores dos bairros da AP 2, reconhecida como área de classe média alta e alta.

Essa diferença entre centro e periferia é, sobretudo, resultado de políticas de higienização da cidade, seja a partir da grande reforma de Pereira Passos, seja pela influência do grande capital, com a especulação imobiliária. Isso resulta em uma cidade com altos índices de desigualdade e que tem em seu planejamento urbano (re)produções do racismo.

Finalmente, como recomendação, são necessários mais estudos que permitam o cruzamento dos resultados desta pesquisa com os dados provenientes do Censo 2022 do IBGE e do novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é obter um diagnóstico mais robusto das desigualdades do município, resultando em mapeamentos que alinhem a escuta ativa da população e proporcionem uma maior efetivação da cidadania para todos.

Referências

ABREU, M. A. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos, 2022. 200 p.

ALMEIDA, S. L. **O Que é Racismo Estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. 204 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 jun. 2023.

DAS, V.; POOLE, D. **El Estado y sus márgenes**: Etnografías comparadas. Revista Académica de Relaciones Internacionales, n. 8, p. 1-39. 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4886722/mod_resource/content/1/El_estado_y_sus_margenes_Etnografias_comparadas%20\(1\).pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4886722/mod_resource/content/1/El_estado_y_sus_margenes_Etnografias_comparadas%20(1).pdf). Acesso em: 24 mai. 2024.

EVANGELISTA, A. N. A. **Mapeamento Colaborativo Online como Subsídio para a Gestão Ambiental de um Campus Universitário**. 2017. 86 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30432/3/2017_dis_anaevangelista.pdf. Acesso em: 26 mai. 2024.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: Curso dado no Collège de France (1975-1976). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005. 383 p.

GOMES, A. H.; MELLO, L. F. **Racismo Territorial**: O Planejamento Urbano tem um problema de Raça?. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021. 160 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Questionário de Amostra Censo 2022**. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5633.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

LIBRARY OF CONGRESS. **Rio de Janeiro Tramway, Light & Power Co., Rio de Janeiro, Brazil: Tramway and R.R. lines in Rio.** *Geography and Map Division*. 2024. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g5404r.ct003658/?r=-0.262,0,1.523,0.937,0>. Acesso em: 20 mai. 2024.

OLIVEIRA, D. A.. **O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, n. 1, p. 85-106. 2014. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4838/4621>. Acesso em: 24 mai. 2024.

RAMOS, S.; SILVA, P. P.; SILVA, I.; FRANCISCO, D. **Negro Trauma: Racismo e Abordagem Policial no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/02/Negro-Trauma-Final-14_02_22.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

SILVA, M. L.; ARAÚJO, W. F. **Biopolítica, Racismo Estrutural-Algorítmico e Subjetividade.** *Educação Unisinos*, v. 24, n. 1, p. 1-20. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.40/60748039>. Acesso em: 25 mai. 2024.

QUINTANILHA, B. L.; DEUS, L. A. B. **Uma Virada da Cartografia: Mapeamentos Participativos e Cartografias Coletivas.** *In: COSTA, A. J. S. T.; TUNES, R. H (org.). Geografia do Estado do Rio de Janeiro: Estudos sobre Cultura, Globalização e Natureza.* 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2022. p.339-366. 504 p.